



# BUSINESS & HUMAN RIGHTS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA

[www.cddmoz.org](http://www.cddmoz.org)

Sábado, 15 de Março de 2025 | Ano VI, n.º 28 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

## Em direcção ao respeito pelos direitos humanos ou à repetição do ciclo de abusos e violação de direitos das comunidades?

- A relação entre o sector extractivo e os direitos humanos tem sido um tema central no debate sobre o desenvolvimento e a justiça social em Moçambique. O ano de 2024 trouxe avanços importantes, como a elaboração do Plano de Acção Nacional sobre Negócios e Direitos Humanos e a adesão do país à iniciativa dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos. No entanto, estes avanços contrastam com uma realidade marcada por contínuas violações de direitos humanos. As comunidades que hospedam grandes projectos continuam a enfrentar desafios como a poluição ambiental, condições de trabalho deficientes e falta de mecanismos eficazes de responsabilização das empresas.





**Em 26 de Novembro de 2024, os trabalhadores da Jindal Moçambique organizaram um protesto contra os descontos ilegais nos salários e a alegada intimidação através de figuras políticas**



**D**entro deste quadro emerge uma grande questão: estarão os avanços e os compromissos empresariais realmente a promover uma mudança estrutural ou estamos perante uma maquiagem através da responsabilidade social sem impacto real para as comunidades?

## Impactos da Actividade Extractiva em 2024: Protestos, Falhas e Tensões Locais

O ano de 2024 ficou marcado por acontecimentos emblemáticos em Moçambique, reflectindo desafios sociais, económicos e ambientais que continuam a moldar o futuro do país. Cada evento evidencia não só os problemas enfrentados, mas também a resiliência e a determinação das comunidades locais em exigir justiça e mudança. A seguir, destacamos os casos mais notáveis:

- **Descontentamento popular em Chongoene**

Um dos primeiros casos registados foi o descontentamento popular em Chongoene<sup>1</sup>. A empresa mineira chinesa Dingsheng Minerals enfrentou forte oposição da comunidade em Chibuto, na província de Gaza, devido ao não cumprimento das promessas feitas à população local. Em 8 de Janeiro de 2024, os protestos resultaram na paragem das obras de uma doca destinada à exportação de areias pesadas. Este caso ilustra um ciclo recorrente em Moçambique: as empresas estrangeiras iniciam a exploração dos recursos naturais sem assegurar um diálogo transparente e honesto com as comunidades afectadas. A falta de mecanismos que obriguem estas empresas a cumprir os seus compromissos gera tensões sociais e um crescente descontentamento.

- **Protestos dos trabalhadores da Mota-Engil**

Em 22 de Julho de 2024, dois trabalhadores da empresa portuguesa Mota-Engil perderam a vida num acidente de trabalho na Mina 2, localizada em Moatize, Tete<sup>2</sup>. A falta de equipamento de segurança adequado foi a causa principal do incidente, expondo uma falha sistémica enraizada: a negligência com as normas de segurança

e a incapacidade das autoridades em fiscalizar eficazmente as condições de trabalho. Muitas empresas subcontratadas operam com padrões muito abaixo dos exigidos internacionalmente, ampliando os riscos e colocando os trabalhadores numa situação de vulnerabilidade.

- **Poluição ambiental em Moatize**

Através de uma reclamação<sup>3</sup> enviada à “Vulcan Moçambique”, com o conhecimento de várias entidades públicas e privadas, incluindo o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), os residentes dos bairros 25 de Setembro, Baga-moio, Chithatha, 1.º de Maio, Nhantchere, Liberdade, Malàbué e Chipanga, afectados, manifestaram insatisfação com as condições de vida a que estão devido às operações mineiras. Os residentes são, em grande parte, naturais ou naturalizados da região e sempre valorizaram os recursos naturais de Moatize, que historicamente ofereceram um ambiente saudável e próspero. No entanto, a implantação das actividades mineiras, que inicialmente foi recebida com optimismo, trouxe uma realidade amarga e desanimadora.

Desde que a Vulcan Moçambique assumiu as operações de carvão anteriormente geridas pela Vale, os residentes da região têm reportado um agravamento da poluição do ar e da água. O pó de carvão afecta bairros inteiros, provocando doenças respiratórias e outros problemas de saúde na população local. Este caso revela a fragilidade dos mecanismos regulatórios em Moçambique e a ineficiência das políticas ambientais implementadas pelas empresas mineiras. Sem pressão por parte do governo ou de entidades internacionais, as multinacionais continuam

<sup>1</sup> <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Descontentamento-Popular-em-Chongoene-Comunidade-Exige-Cumprimento-de-Promessas-na-Exploracao-de-Areias-Pesadas.pdf>

<sup>2</sup> <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Acidentes-Mortais-Levantam-Preocupacoes-de-Seguranca-nas-Minas-de-Moatize-1.pdf>

<sup>3</sup> <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Populacao-de-Moatize-Denuncia-Poluicao-em-Larga-Escala-Causada-pelas-Actividades-Mineiras-da-Vulcan-Mocambique.pdf>

a operar sem enfrentar uma responsabilização eficaz.

- **Protestos dos trabalhadores da Jindal Moçambique**

Em 26 de Novembro de 2024, os trabalhadores da Jindal Moçambique organizaram um protesto contra os descontos ilegais nos salários e a alegada intimidação através de figuras políticas<sup>4</sup>. Este caso levanta questões graves sobre o abuso de poder e a fragilidade dos direitos laborais no sector extractivo. Muitos trabalhadores nas minas moçambicanas são subcontratados, recebendo salários abaixo do esperado e trabalham em condições precárias. A ausência de sin-

dicatos fortes e de mecanismos legais eficazes perpetua este cenário de exploração.

- **Invasão da Mina de Kenmare**

No dia 5 de Dezembro de 2024, um grupo de manifestantes<sup>5</sup> ocupou a mina em protesto contra o incumprimento dos compromissos assumidos pela empresa. A tensão escalou de tal forma que os executivos tiveram de ser evacuados num avião privado, enquanto enfrentavam a ameaça de incêndio na pista. Este incidente mostrou a crescente insatisfação das comunidades locais que, perante a ineficácia dos canais formais de diálogo e reivindicação, recorrem a formas mais drásticas de protesto.

## Falhas Sistémicas no Sector Extractivo: Regulação Frágil, Impunidade Empresarial e Exclusão das Comunidades Locais

Os casos apresentados são apenas uma pequena amostra dos inúmeros problemas registados ao longo do ano. Estes exemplos realçam os desafios estruturais enfrentados pelo sector extractivo em Moçambique, que reflectem a complexidade dos problemas sistémicos muito para além da simples falta de compromisso individual por parte das empresas. Tais desafios evidenciam falhas enraizadas, as quais continuam a prejudicar o desenvolvimento sustentável e equitativo do país.

Um dos principais problemas é a regulação frágil e a ausência de fiscalização eficaz. O governo moçambicano não dispõe de mecanismos suficientes para monitorar e garantir o cumprimento das normas ambientais, laborais e de direitos humanos, permitindo assim que práticas inadequadas prosperem sem a devida supervisão. Esta deficiência abre caminho a situações de abuso e negligência. Além disso, a inexistência

de responsabilização empresarial é um entrave. Muitas empresas operam no ambiente de impunidade, sem enfrentar consequências legais ou financeiras, mesmo perante violações graves. Esta impunidade institucionalizada gera um ambiente onde práticas pouco éticas se podem perpetuar sem controlo.

Outro obstáculo central é a falta de transparência e a exclusão das comunidades locais dos processos de decisão. A ausência de diálogo eficaz com as comunidades resulta em promessas não cumpridas, ampliando conflitos e minando a confiança. Esta dinâmica dificulta o estabelecimento de relações construtivas entre as empresas e as comunidades. Em muitos casos, o Estado parece priorizar as exigências das empresas em detrimento da protecção dos trabalhadores e das comunidades. Esta aliança desequilibrada enfraquece ainda mais o tecido social e económico do país.

<sup>4</sup> <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Trabalhadores-da-Jindal-Alegam-Descontos-Ilegais-e-Intimidacao-por-Meio-de-Policos.pdf>

<sup>5</sup> <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Protesters-Invade-Kenmare-Mine-Raising-Alarm-in-Mozambiques-Extractive-Sector.pdf>

# A Necessidade de Mudança: Um Plano de Acção para Garantir o Respeito pelos Direitos Humanos

Apesar dos avanços e da crescente pressão internacional para que as empresas actuem de forma mais responsável, os desafios persistentes revelam que Moçambique ainda não rompeu o ciclo de violações e abusos no sector extractivo. A falta de fiscalização e a impunidade podem perpetuar abusos. Para avançar, é essencial que o Plano de Acção Nacional sobre Negócios e Direitos Humanos não seja apenas um documento formal, mas um instrumento eficaz de mudança. Além disso, é crucial reforçar os mecanismos de monitoria e responsabilização, garantindo que os direitos humanos são respeitados na prática.

No espaço de Negócios e Direitos Humanos, o CDD tem dois projectos principais. Em primeiro lugar, o Projecto Princípios Voluntários de Segurança e Direitos Humanos (VPSHR) que visa estabelecer grupos de trabalho sobre princípios voluntários no país, tanto a nível nacional em Maputo como

na província de Cabo Delgado. O grupo de trabalho nacional contribuirá para minimizar o risco de Justiça, abusos de direitos humanos e incidentes relacionados à segurança nas comunidades e promover a transparência e boas práticas de desempenho social corporativo. Este projecto está a ser liderado pelo CDD e pelo Ministério de Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJACR) em parceria com o Centro de Genebra para a Governação do Sector de Segurança (DCAF). O segundo Projecto tem que ver com a Promoção dos Direitos Humanos no Ambiente de Negócios e Acção do Sector Judicial no Norte de Moçambique, e visa contribuir para o reforço das capacidades dos provedores de justiça, defensores dos direitos humanos, empresas e outros actores em matéria de direitos humanos nas empresas. Este projecto está sendo implementado em parceria com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ).

## Considerações Finais

O sector extractivo em Moçambique continua a ser um campo fértil para tensões entre as comunidades locais e as grandes empresas mineiras. Em 2024, assistiu-se a protestos e casos de negligência que reflectem as falhas sistémicas que ainda afligem o país, como a regulação frágil, a ausência de fiscalização eficaz e a impunidade empresarial. Embora o governo tenha dado passos importantes, como a criação do Plano de Acção Nacional sobre Negócios e Direitos Humanos, a realidade no terreno continua a ser desafiadora, com comunidades locais ainda enfrentando graves violações de direitos humanos. A falta de uma responsabilização das empresas e a subordinação do Estado aos interesses empresariais continuam a perpetuar a exploração das comunidades e a degradação ambiental.

No meio destes desafios é importante destacar a resistência e a resiliência das comunidades. Ao longo de 2024, vimos manifestações e protestos por parte das populações afectadas, que exigem não apenas compensações justas, mas também um papel activo nas decisões que

impactam directamente as suas vidas. Esses protestos, como os ocorridos em Chongoene, Moatize e Moma, não são apenas reflexo de uma insatisfação crescente, mas também uma resposta à falta de um verdadeiro diálogo entre as comunidades e as empresas, além da ineficácia das políticas públicas que deveriam garantir a protecção dos direitos fundamentais da população.

É fundamental que os compromissos assumidos pelo governo e pelas empresas em relação aos direitos humanos e à responsabilidade social corporativa se concretizem de maneira prática e eficaz. O Plano de Acção Nacional, embora seja um avanço importante, deve ser mais do que um documento formal: precisa ser um instrumento de mudança real. Para que isso aconteça, é necessário fortalecer os mecanismos de monitoria, promover maior transparência e garantir que as empresas cumpram suas responsabilidades. Caso contrário, Moçambique continuará a viver o ciclo de violação de direitos humanos, enfraquecendo o seu desenvolvimento e comprometendo a justiça social.



## MISSÃO:

*Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.*

## MISSION:

*Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.*

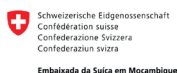
### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** André Mulungo  
**Autor:** Helio Siteo  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

